

 Marilene Cassel Bueno¹

 Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz²

 Fabiana Thomé da Cruz^{1,3}

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, RS, Brasil.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, RS, Brasil.

³ Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Goiânia, GO, Brasil

Correspondência

Marilene Cassel Bueno
marilencassel@outlook.com

O presente artigo foi originado da dissertação de mestrado "Ambientes alimentares em um município agrícola: disponibilidade, escolhas alimentares e desafios", autoria de Marilene Cassel Bueno, sob orientação de Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz e Coorientação de Fabiana Thomé da Cruz, defendida em 28 de fevereiro de 2020, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Escolhas alimentares no contexto de um município com relevante produção agrícola: a perspectiva dos ambientes alimentares em Palmeira das Missões-RS

Food choices in the context of a relevant agricultural production municipality: the food environment perspective in Palmeira das Missões-RS

Resumo

Introdução: Os ambientes alimentares podem ser entendidos como o contexto em que os indivíduos acessam e realizam suas escolhas alimentares, podendo favorecer ou não a alimentação saudável e adequada. **Objetivo:** Analisar as escolhas alimentares de consumidores urbanos na perspectiva de ambientes alimentares em Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul. **Métodos:** Estudo de abordagem qualitativa, que utilizou como técnica de pesquisa entrevista semiestruturada com consumidores residentes na área urbana no município. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo por categorias temáticas, a partir das dimensões física, econômica, política e sociocultural, as quais compõem os ambientes alimentares. **Resultados e Discussões:** As escolhas alimentares estão interseccionadas com a ampla disponibilidade e facilidade para encontrar mais alimentos ultraprocessados do que *in natura*, bem como com as condições econômicas, que se tornam limitadoras das escolhas alimentares pautadas na variedade e inclusão de alimentos *in natura* e minimamente processados. Constatou-se a importância do Programa Bolsa Família para a aquisição de alimentos, sobretudo para famílias de menores estratos socioeconômicos. **Considerações finais:** Os dados da pesquisa indicam que escolhas alimentares que incluem maior variedade e disponibilidade de alimentos *in natura* estão associadas principalmente às condições econômicas e à disponibilidade desses alimentos. Por isso, destaca-se a importância do fortalecimento de políticas públicas para a promoção da alimentação adequada e saudável, bem como a relevância da articulação de ações locais, tendo em vista o potencial agrícola do município.

Palavras-chave: Ambientes alimentares. Segurança Alimentar e Nutricional. Pesquisa qualitativa. Alimentação adequada e saudável.

Abstract

Introduction: Food environments can be understood as the context in which individuals access and make their food choices, which may or may not favor healthy and adequate food. **Objective:** To analyze the food choices of urban consumers from the perspective of food environments in Palmeira das Missões, in Rio Grande do Sul. **Methods:** Qualitative approach research, based on semi-structured interviews with consumers living in the urban area of Palmeira das Missões. Data were analyzed through content analysis by thematic categories, from the physical, economic, political and sociocultural dimensions, both related to food environments. **Results and Discussions:** Food choices

are intersected with the wide availability and ease of finding more ultra-processed foods than in natura, as well as with the economic conditions, which become limiting of food choices based on the variety and inclusion of fresh and minimal processed foods. The importance of the Bolsa Família Program for the purchase of food was verified, especially for families from lower socioeconomic strata. ***Final considerations:*** The research findings indicate that food choices based on greater variety and availability of fresh foods are mainly associated with economic conditions and availability of these foods. Therefore, the importance of strengthening public policies for the promotion of adequate and healthy food is highlighted, as well as the relevance of articulating local actions, considering the municipality's agricultural potential.

Keywords: Food environments. Food and Nutrition Security. Qualitative research. Adequate and healthy food.

INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação adequada e saudável é uma importante condição para a garantia da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).^{1,2} O Guia Alimentar para a População Brasileira define que a alimentação saudável e adequada deve ser permanente e regular, atendendo aos aspectos biológicos, sociais e culturais dos indivíduos; ser acessível e adequada em relação a quantidade, qualidade e variedade, e ser produzida através de modos de cultivo sustentáveis.²

Ainda de acordo com o Guia Alimentar, as escolhas alimentares devem, preferencialmente, estar voltadas para o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, aspecto reforçado pela NOVA, classificação proposta por Monteiro et al.,³ que fundamenta o Guia Alimentar. De acordo com o documento, os alimentos categorizam-se em: *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados, alimentos processados e alimentos ultraprocessados.²

No que diz respeito às escolhas alimentares, cabe também considerar que elas são caracterizadas por diferentes fatores, desde condições inerentes ao indivíduo até aspectos externos de natureza física, econômica, política, cultural, psicológica e social.^{2,4} As condições de acesso físico a alimentos variados e de qualidade ou as condições financeiras para adquiri-los têm impacto significativo nas escolhas alimentares, podendo inclusive limitar ou impossibilitar o consumo de alimentos saudáveis.²

Nesse contexto, destaca-se a abordagem de ambientes alimentares sobre escolhas alimentares. De acordo com o conceito proposto por Swuinnburn, Egger & Raza,⁵ ambientes alimentares podem ser analisados em duas dimensões: a macrodimensão que, de forma mais ampla, se relaciona ao sistema alimentar, modelos de produção, acordos e políticas internacionais relativas a produção e distribuição de alimentos; e a microdimensão, que se associa ao contexto de vida das pessoas e divide-se em quatro tipos: o físico, caracterizado pela disponibilidade, tipos e localização de estabelecimentos que comercializam alimentos e pela disponibilidade, variedade e qualidade dos alimentos; o político, caracterizado pelas leis e regras em torno da alimentação; o econômico, que reflete os preços dos alimentos e a renda da população; e sociocultural, que demonstra as percepções e entendimentos em torno da alimentação.

Estudos prévios que analisaram, no Brasil e em outros países, a influência do ambiente alimentar na alimentação, demonstram sua relação com a disponibilidade, a escolha e o consumo de alimentos. Entre as constatações, os estudos enfatizaram diferenças entre bairros, de acordo com o perfil de renda da população. Bairros com perfil de renda superior possuem mais opções de estabelecimentos onde os alimentos podem ser adquiridos, mais diversidade de alimentos *in natura* e mais qualidade nutricional dos produtos. Já os bairros de menor estrato socioeconômico apresentam uma série de limitações para o acesso à alimentação saudável, condições que se manifestam pela pouca disponibilidade de estabelecimentos, principalmente no que se refere à comercialização de alimentos *in natura*. Por outro lado, em bairros de menor renda populacional, há uma diversidade de pequenos estabelecimentos que ofertam alimentos ultraprocessados e alimentos sem qualidade nutricional, que podem ser acessados e adquiridos com facilidade.⁶⁻⁹

Elementos da constituição dos ambientes alimentares, como os relacionados à indisponibilidade física de estabelecimentos que comercializam alimentos saudáveis, podem ser favoráveis a padrões alimentares inadequados que se caracterizam pelo consumo de alimentos ultraprocessados em detrimento a alimentos *in natura*.^{6,9} Em paralelo, é preciso também destacar que características macrodimensionais dos ambientes alimentares,⁵ como o formato hegemônico do sistema alimentar, têm influenciado negativamente a alimentação, ou seja, têm contribuído com dietas mais globalizadas, homogêneas, de baixa qualidade nutricional e com consequentes agravos à saúde.¹⁰ Atualmente, muitos sistemas alimentares são voltados

para a produção de *commodities* agrícolas que estimulam a produção de produtos ultraprocessados. Esse modelo de produção, pautado na larga escala e em poucos cultivos, deixa pouco espaço para a produção de alimentos mais saudáveis, diversos, que poderiam ser produzidos localmente a partir, por exemplo, da agricultura familiar. Em decorrência de tal modelo hegemônico, a promoção da segurança alimentar e nutricional torna-se um desafio.^{2,11}

Diante do exposto, ou seja, da perspectiva de que diferentes dimensões dos ambientes alimentares teriam influência nas escolhas alimentares, este artigo tem como objetivo analisar as escolhas alimentares de consumidores urbanos na perspectiva de ambientes alimentares em Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul. O estudo nesse município, distante de grandes centros, se justifica pela intenção de olhar para ambientes alimentares em municípios com menor população. Tal opção é relevante na medida em que se distingue do contexto da maior parte dos estudos brasileiros, dedicados a analisar ambientes alimentares em capitais ou regiões metropolitanas, a exemplo de Almeida et al.,⁶ Costa et al.⁷ e Duran et al.⁸ Além disso, outra importante característica do município diz respeito à centralidade da agricultura, visto que é reconhecido como um grande produtor agrícola,¹² com extensas áreas de monocultivos e, portanto, um local privilegiado para estudar as influências, mesmo que indiretas, da intersecção entre o sistema alimentar hegemônico e as microdimensões do ambiente alimentar na alimentação da população.

MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio de metodologia qualitativa, entendendo que seu uso no campo da Alimentação pode contribuir para a compreensão das diferentes dimensões envolvidas no ato alimentar. Ou seja, o emprego de abordagem qualitativa no estudo de práticas sociais como a alimentação, ao levar em conta não apenas elementos materiais, situacionais e contextuais, mas também simbólicos e valorativos, subjetivos e motivacionais,¹³ possibilita análises mais amplas dos ambientes alimentares e, assim, sua relação com as escolhas alimentares.

A pesquisa ocorreu no município de Palmeira das Missões, localizado no Rio Grande do Sul e distante, aproximadamente, 372 km de Porto Alegre, capital do estado. Ele possui cerca de 34 mil habitantes¹⁴ e sua economia é basicamente associada à produção agrícola, destacando-se o cultivo de grãos. De acordo com a pesquisa de Produção Agrícola Municipal,¹² Palmeira das Missões se sobressai como um dos municípios com maior produção de soja no estado, superando 300 mil toneladas anuais. A expressividade e relevância dessa produção implicam assumirmos, neste artigo, que nesse município a produção agrícola tem papel central e expressivo nas dinâmicas locais. Além disso, muitos dos entrevistados, ao se referirem ao município, o consideram um município rural, sobretudo pelo fato de a produção agrícola ser uma característica predominante.

Para a geração dos dados no trabalho de campo da pesquisa, que ocorreu no período de maio a julho de 2019, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Essa técnica permite ao entrevistador e entrevistado construir um diálogo e estabelecerem um processo de comunicação com o objetivo de aprofundar temas, conhecer e compreender fenômenos sociais. O roteiro semiestruturado, além de nortear a entrevista, permite que outras perguntas sejam elaboradas de acordo com o andamento da entrevista, possibilitando explorar outras questões que possam emergir.¹⁵

O roteiro semiestruturado foi composto por perguntas direcionadoras contendo temas centrais relacionados aos locais onde a aquisição de alimentos era realizada e às escolhas dos consumidores. Quanto aos estabelecimentos, as perguntas buscaram identificar tipos, caracterização, estrutura física e localização; tipos de alimentos comercializados; variedade; qualidade e preço. Em relação às escolhas alimentares, as

perguntas do roteiro visavam conhecer quais alimentos eram adquiridos e consumidos; a frequência de aquisição e consumo; aspectos favoráveis e as limitações das escolhas alimentares (preço, preferência pessoal ou familiar, praticidade na compra ou no preparo e disponibilidade); valor gasto com a alimentação e percepções dos consumidores em relação aos alimentos consumidos.

Visando à heterogeneidade dos participantes, foram consideradas as seguintes características: residir em diferentes bairros (centro e periferia); titulares e não titulares do Programa Bolsa Família (PBF); e diferentes perfis socioeconômicos. Para isso, o estudo se baseou nos dados do IBGE,¹⁶ que indicam que a renda média da população no município é de 2,4 salários-mínimos. A partir dessa informação, foram incluídos participantes com renda acima e abaixo dessa média. Posteriormente, esse dado foi analisado individualmente de acordo com a renda familiar, por salários-mínimos. A pesquisa contou com 19 participantes, residentes em área urbana no município de Palmeira das Missões, em sua maioria mulheres, com idade entre 21 e 60 anos.

Inicialmente, foram contatados possíveis participantes com quem já havia algum contato prévio ou pessoas que pudessem indicar outros participantes para a pesquisa. Após a realização dos primeiros contatos, aplicou-se a técnica da Bola de Neve, em que os primeiros participantes foram indicando outros, podendo ser familiares, amigos ou vizinhos.¹⁷ Por ser de natureza qualitativa, as entrevistas foram realizadas até que se atingiu a saturação de dados de questões centrais, ou seja, quando as respostas passaram a se repetir, não trazendo novas informações.¹⁸

Com a autorização dos participantes, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas em sua totalidade. Finalizada a transcrição, foram realizadas a sistematização e a análise dos dados produzidos. De modo a garantir o anonimato, os participantes foram identificados como "consumidor" ou "consumidora", seguido por numeração de 1 a 19. Os dados foram analisados por meio da análise do conteúdo, com categorias do tipo temática, desdobrando-se nas seguintes fases: pré-análise; exploração do material; e interpretação dos depoimentos.¹⁹

Na primeira fase, realizou-se a leitura dos textos transcritos e uma primeira organização do material. Na segunda, explorou-se o material organizado, sua compreensão e categorização em quatro categorias, estabelecidas *a priori*, de acordo com as microdimensões do conceito de ambiente alimentar proposto por Swinburn, Egger & Raza.⁵ Essas categorias, por sua vez, originaram, *a posteriori*, as subcategorias empíricas conforme o quadro 1. Por fim, na terceira fase, à luz da literatura, buscou-se construir a interpretação e discussão dos achados da pesquisa.

Quadro 1. Categorias teóricas (*a priori*) e subcategorias empíricas (*a posteriori*)

<i>Categorias teóricas</i>	<i>Categorias Empíricas</i>
1. Dimensão física do ambiente alimentar	- Disponibilidade de estabelecimentos - Variedade de alimentos
2. Dimensão econômica do ambiente alimentar	- Preço dos alimentos - Renda da população
3. Dimensão política do ambiente alimentar	- Ações públicas de segurança alimentar e nutricional e suas implicações
4. Dimensão sociocultural do ambiente alimentar	- Os alimentos do cotidiano e seu significado

Fonte: elaborado pelas autoras (2021)

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAAE: 07729519.6.0000.5347) e os participantes aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, são apresentadas e discutidas as dimensões que envolvem as escolhas alimentares a partir dos aspectos físicos, econômicos, políticos e socioculturais do ambiente alimentar.

A dimensão física: disponibilidade e variedade de alimentos

A presença de supermercados, mercados e minimercados configura a dimensão física do ambiente alimentar em Palmeira das Missões-RS. Desse modo, acessar tais estabelecimentos pode permitir aos consumidores realizarem escolhas alimentares de acordo com a disponibilidade de alimentos nesses locais. Conforme os dados da pesquisa de campo, observou-se que em Palmeira das Missões não há supermercados pertencentes a grandes redes, como ocorre em cidades maiores.

Outra constatação observada foi em relação às feiras de produtores da agricultura familiar, que mesmo com o potencial de produção do município, são pouco presentes e não têm capacidade de ofertar alimentos *in natura* de forma frequente e diversa. No município, foi encontrada uma feira fixa localizada em um bairro central da cidade, que contava com a participação de nove agricultores. Além dessa feira, há também alguns pontos na rua, onde os produtores comercializam alimentos, mas que também são caracterizados pela pouca variedade e quantidade de alimentos.

De acordo com Duran et al.⁸ e Costa et al.,⁷ a presença de estabelecimentos pode favorecer a escolha de alimentos como frutas e verduras, quando estas estão disponíveis para acesso em bairros onde os consumidores residem, de modo que a proximidade entre as moradias e os locais de compra se torna um fator favorável à aquisição desses alimentos.

Todavia, olhando para o contexto de Palmeira das Missões, a proximidade ou a distância dos estabelecimentos não se apresentou como um empecilho para as escolhas alimentares, especialmente de alimentos *in natura*, como indica o trecho de entrevista abaixo:

Pra mim ir no mercado é fácil, não é difícil e às vezes tipos de verdura e legumes que durante a semana não tem, daí a gente procura em outro [mercado], não naquele que a gente tá acostumado né, aí a gente vai na fruteira ou num outro mercado que tenha (Consumidora 14).

A partir da fala da participante acima, sugere-se a prática de acessar diferentes estabelecimentos, sobretudo para a compra de alimentos *in natura*. Mas, diferentemente disso, os alimentos ultraprocessados, por sua vez, podem ser acessados mais amplamente não apenas em termos de quantidade de estabelecimentos que os comercializam, como também no que diz respeito a sua variedade ou marcas, como pode ser observado a seguir:

Ah, é mais fácil encontrar o [alimento] industrializado, sem dúvida, tanto é que se você observar um supermercado, maior ou menor, a parte de alimentação natural é bem pequena em relação do restante do supermercado; ela só ocupa uma parcela pequena do espaço físico do supermercado, é muito pequena em relação ao industrializado (Consumidora 1).

Com certeza, a gente faz isso, né. Faz com que as pessoas comprem mais, pela praticidade, tá ali e tem bem mais oferta [disponibilidade e quantidade]; se tu for olhar um industrializado tu tem quatro, cinco opções para comprar e uma coisa natural tu tem uma e olha lá, duas no máximo, né (Consumidora 2).

Como sugerem os trechos de entrevistas acima, o amplo acesso a alimentos industrializados – ou, como categorizam Monteiro et al.³ e o Guia Alimentar,² alimentos ultraprocessados –, diz respeito a uma característica importante dos ambientes alimentares. Nesse sentido, Bridle-Fitzpatrick⁹ explica que a configuração do ambiente alimentar com ampla disponibilidade de alimentos ultraprocessados pode ser um desafio mais difícil de ser superado do que a pouca disponibilidade de alimentos *in natura*. Isso se daria pelo fato de que a exposição contínua a alimentos pouco nutritivos e calóricos, como os ultraprocessados, induz a percepção de normatividade de tais produtos, sendo considerada muitas vezes uma “tentação” difícil de ser evitada. Dados como esse reforçam a importância de que os ambientes alimentares não sejam somente mais acessíveis para alimentos saudáveis, mas que sejam também mais protetores contra a exposição excessiva a esses produtos ou a situações que favorecem escolhas não saudáveis.²⁰

Cabe destacar que a expansão dos ultraprocessados, conforme se observou nas entrevistas, alcança até mesmo estabelecimentos como fruteiras, que, a princípio, seriam estabelecimentos destinados à comercialização de alimentos *in natura*. Niederle & Wezs Junior²¹ argumentam que a comercialização desses alimentos é muito comum e alcança, inclusive, cidades distantes dos centros mais urbanizados. Esse movimento direcionado para o interior do país demonstra um avanço de ordem industrial na produção de alimentos e pode potencializar mudanças de hábitos alimentares dos consumidores.

Nesse mesmo sentido, de acordo com Monteiro et al.,¹⁰ fatores como a vida de prateleira longa, que permite tanto a distribuição em longos percursos quando a armazenagem por períodos maiores são condições que favorecem expansão e a alta disponibilidade de alimentos ultraprocessados em estabelecimentos dos mais diferentes espaços e regiões, fazem com que os ambientes alimentares se tornem propícios para a aquisição e, conseqüentemente, para o consumo desses alimentos, condição que foi observada em Palmeira das Missões.

A dimensão econômica: o preço dos alimentos e a renda da população

A dimensão econômica parece ser um importante determinante que interfere nas escolhas dos alimentos que serão ou não adquiridos para consumo em Palmeira das Missões, tornando-se uma barreira para a alimentação baseada em alimentos *in natura* e minimamente processados.

Nesse sentido, com o objetivo de garantir algum alimento até que se possa comprá-los ou repô-los novamente, alguns participantes de baixa renda relatam que a escolha de alimentos se volta, prioritariamente, para o arroz e o feijão. Os alimentos *in natura* como frutas e hortaliças são adquiridos e consumidos em maior variedade pelos consumidores com perfil de renda mais elevado. Para aqueles com renda mais baixa, as frutas e vegetais não são uma prioridade na hora da aquisição, de forma que esse perfil de consumidores compra esses alimentos quando sobra algum dinheiro ou, também, somente quando se realiza a compra do mês, conforme o relato de uma consumidora entrevistada, que explica que a compra de frutas ocorre com pouca frequência:

Lá de vez em quando, de vez em quando, não é sempre quando sobra uma beiradinha a gente compra uma coisinha ou outra, mas não é sempre [...] A gente compra banana, maçã, essas coisas que a gente gosta, né. Esses tipos de frutas aí, a gente compra também aquela manga e o melão lá de vez em quando, não é sempre [...] É uma comida mais básica, um arroz, feijão, carne, uma salada essas coisas assim que a gente gosta. Eu gosto de repolho, de alface e o pimentão com tomate, essas coisas assim, uma salada tudo misturado assim é muito bom (Consumidora 12).

Para os consumidores de maior renda, o preço não influencia na compra de alimentos, tanto que alguns não conseguem mensurar o gasto mensal da alimentação, possivelmente por não ser esse um aspecto relevante em relação às escolhas, como sugerem os trechos de entrevista a seguir:

O preço para mim não [é preocupação], o problema é que depois tu se afunda comendo um monte de coisa que é mais cara, mas tudo bem, faz parte [...] Mas assim, alface, tomate, pepino, brócolis, é bem variado, depende do que tem à disposição para gente comprar e poder consumir. Daqui a pouco eu vou no mercado e encontro um brócolis, tá eu compro um brócolis, eu encontro um pepino aí eu faço uma salada de pepino, então é bem relativo, mas eu tento comprar um pouco de tudo para ter a disposição em casa (Consumidora 5).

A partir desses relatos, são observadas diferenças significativas em relação às escolhas alimentares ocasionadas pela maior ou menor renda dos consumidores. Embora o consumo de alimentos *in natura* seja um importante indicador de alimentação saudável, estimulado e orientado pelo Guia Alimentar,² os consumidores de menor renda têm mais dificuldades para realizar essas escolhas. Canuto, Fanton & Lira,²² ao analisarem dados sobre alimentação de inquéritos nacionais, indicam que pessoas com menores posições socioeconômicas apresentam menores possibilidades para consumo de uma dieta adequada e saudável.

Nesse mesmo sentido, Gabe & Jaime,²³ ao analisarem a adesão às recomendações do Guia Alimentar em um recorte da população no território brasileiro, identificaram que quando a renda diminui, também há redução da adequação da alimentação quanto às recomendações do Guia, principalmente para o consumo de frutas, vegetais e leite, demonstrando a importância de abordagens multidimensionais para a promoção da alimentação e de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Avançando em aspectos que demonstram condição mais extrema de pobreza, as escolhas alimentares tornam-se ainda mais restritas, como se observa no trecho a seguir:

Eu compro bastante feijão, arroz por causa das crianças, eu compro o grosseiro, o grosseiro que eu compro, eu não compro nada de batatinha; vejo na televisão propaganda das batatinhas, então não compro coisas assim. Compro massa, quando eu consigo comprar, compro a farinha de milho para fazer uma polenta para as crianças, compro aquela sambiquinha, uma carcaça [frango], quando dá eu compro uma sobrecoxa que também é barato (Consumidora 18).

Como pode ser observado na fala acima, há pessoas cuja alimentação é restrita, com base no tradicional feijão, arroz (quando possível) e carne (no caso apenas a carcaça) de baixo custo. Nesse caso, não há consumo de frutas e hortaliças ou de leite, por exemplo. De acordo com o relato da participante, esses alimentos são consumidos somente quando são ofertados por algum vizinho ou parente.

Esse tipo de alimentação, extremamente limitada a poucos alimentos, impede a realização do direito humano à alimentação saudável e adequada e a garantia da SAN, que, por sua vez, são decorrentes do acesso regular e permanente a alimentos adequados, saudáveis, variados e em quantidade suficiente às necessidades das pessoas.^{1,2} Desse modo, parece ser fundamental estruturar políticas públicas e programas capazes de tornar os ambientes alimentares mais propícios para o acesso de toda a população a alimentos de qualidade, o que passaria, assim, por tornar os preços dos alimentos mais acessíveis para a população.²⁴

No Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),²⁵ o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ²⁶ e a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família,²⁷ são exemplos de políticas públicas, como será discutido a seguir, que visam à segurança alimentar e nutricional da população e à promoção do desenvolvimento local, as quais devem ser mais incentivadas, sendo importante também se articularem com ações locais.

A dimensão política: programas e políticas de segurança alimentar e nutricional

Ao analisar a dimensão política do acesso à alimentação e sua interface com as escolhas alimentares da família, os participantes da pesquisa falaram do Bolsa Família, não havendo citações importantes de outras políticas como o PNAE ou mesmo políticas locais. Nesse sentido, constatou-se a invisibilidade de outras políticas e, ao mesmo tempo, a centralidade e importância do Programa Bolsa Família para as escolhas e o acesso à alimentação no Brasil,^{1,27} como ilustra a fala a seguir,

[...] eu ganho a Bolsa Família das crianças né, quando a gente ganha aquele dinheiro vai fazer umas compras boa [...] Eu compro o feijão, que usa bastante né, a massa, o arroz, que eu compro bastante, e a carne, né (consumidora 19).

escolha pelo feijão teve destaque nas entrevistas com as participantes que acessam o Programa. Nesse sentido, Franco et al.,²⁸ ao analisarem o consumo alimentar em famílias titulares do PBF em Palmeira das Missões, constataram que em pelo menos 75% das famílias pesquisadas o recurso era investido na aquisição de alimentos básicos, aspecto que potencializa alimentação mais saudável e adequada para a família.

Por meio do acesso ao Programa, as famílias apontam aumentar a possibilidade de melhorar a qualidade da alimentação da família com a inclusão também de frutas, como relata uma das participantes: “[...] banana, maçã, mamão eu compro para dar para eles [filhos], eu acho barato.” É importante enfatizar que a escolha das frutas citadas pela participante costuma ter acesso mais facilitado por elas serem, geralmente, as de menor custo, condição que foi indicada pela entrevistada. Porém, da mesma forma, a escolha dos produtos ultraprocessados de baixo custo, como “[...] o sazon, molho de tomate, essas coisas a gente compra, né, que tem variedade”, também ocorre e pode estar associada ao baixo preço, somando-se às características do ambiente alimentar, que condiciona as escolhas alimentares, especialmente para população de mais baixa renda.

Em uma análise realizada por Cotta & Machado et al.,²⁹ observou-se que o Programa Bolsa Família auxilia na promoção da segurança alimentar e nutricional, principalmente por contribuir para que famílias de maior vulnerabilidade social acessem alimentos. Porém, também destacaram que há a compra de alimentos de pouca qualidade nutricional, que podem ser um fator de risco no que se refere ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Por isso é importante, de acordo com as autoras,

que políticas de SAN não apenas integrem diferentes setores, como contemplem estratégias de educação alimentar e nutricional.

O acesso ao recurso financeiro do PBF garante certa autonomia para as famílias, pois permite aos titulares usarem o dinheiro de acordo com suas necessidades, como sugere o trecho de entrevista a seguir:

Quando eu pego o Bolsa Família, eu vou lá na loja onde eu comprei os calçados deles [netos] que eu tenho que fazer assim, eu tenho que comprar uma vez calçado, daí eu pago aquela ali [prestação] e compro a roupa para eles, é assim; daí quando eu pegava 300 reais eu ia lá no mercado, já passava lá no mercado e já fazia um rancho bom e já trazia, comida grosseira da bastante com qualquer 150 pila, então eu fazia assim mas agora não, agora eu só recebo R\$ 102, daí eu tenho que pagar R\$ 55 da loja. Esse mês eu termino, e daí dos 40 e pouco que sobra eu compro um arroz, se dá para comprar dois quilos de feijão eu compro, tem que comprar um azeite também né, sabão para lavar roupa (Consumidora 18).

Diante disso, o recurso do programa tem importância para a compra de itens para além daqueles destinados à alimentação, como calçados, roupas e produtos para higiene/limpeza. Esses itens também são importantes para a manutenção da família, porém competem com a alimentação, o que incide diretamente na condição de SAN da família. Ou seja, o acesso à alimentação de qualidade e quantidade adequada para a manutenção de saúde precisaria ocorrer sem que houvesse comprometimento de outras necessidades inerentes aos seres humanos.¹ Assim, para garantir o direito humano à alimentação saudável e adequada, é fundamental que as demais necessidades e direitos sociais, como acesso a moradia, saúde, educação e saneamento básico, também sejam atendidos.³⁰

No entanto, mesmo que o recurso oriundo do PBF seja fundamental para a alimentação, observou-se que para as famílias que apresentam situação de pobreza mais extrema, esse recurso pode ser insuficiente para garantir o acesso à alimentação adequada e saudável e as demais necessidades básicas. Esse cenário evidencia a necessária articulação de ações de SAN locais, que envolvam também outros setores como a assistência social e a Secretaria da Agricultura, principalmente pela característica agrícola do município, que tem potencialidade para a produção de alimentos. Nesse contexto, o PAA na modalidade doação simultânea²⁵ poderia ser uma alternativa de estímulo à produção e acesso/consumo de alimentos locais, beneficiando agricultores e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A dimensão sociocultural: significados dos alimentos cotidianos

Pela perspectiva da dimensão sociocultural constitutiva dos ambientes alimentares, foi possível apreender fenômenos que se manifestaram em termos empregados pelos entrevistados, entre os quais se destacam: *comida grosseira*, *comida sofisticada* e *comida do pobre*. Essas expressões, quando apareceram nas entrevistas, estavam relacionadas a alimentos minimamente processados, principalmente ao feijão e ao arroz, e foram utilizadas sempre por aqueles consumidores com renda menor, como demonstram as transcrições a seguir:

O que que é pra mim grosseiro é arroz e feijão, carne, mandioca, batata, essas coisas e os mais sofisticados é os embalados, embutidos, essas coisas, as comidas prontas que vendem (Consumidora 4).

A única coisa que o pobre compra é o arroz e o feijão, lá de vez em quando come uma carinha diferente [...] essa é a comida do pobre né, o pobre gosta sempre dessa comida assim (Consumidora 12).

Schattschneider, Ruiz & Escobar³¹ discutem algumas dessas percepções em relação à alimentação em pesquisa realizada com usuárias da unidade de saúde e integrantes da equipe de saúde em Porto Alegre-RS. Entre as usuárias, emergiram falas em que alimentos como o feijão e o arroz também eram considerados, simbolicamente, como “comida do pobre”. Em relação à equipe de saúde, havia entendimentos de que a alimentação das usuárias era baseada no consumo de arroz e feijão, por ser a única coisa que “sabem fazer”, sendo considerada monótona. Além disso, na percepção dos profissionais, para que a alimentação se tornasse mais variada, seria importante incluir alimentos como iogurte, queijo e atum.³¹ Entendimentos assim, quando fazem parte das orientações que profissionais de saúde fazem para a população, subjugam a importância do feijão e arroz como alimentos saudáveis e culturalmente importantes, e acabam por reforçar estereótipos como *grosseiros* ou *comida do pobre*.

Outro aspecto identificado nas entrevistas é a valorização de alimentos embalados que podem ser adquiridos prontos para o consumo ou de pratos elaborados, como sugere um dos trechos da entrevista acima. Nesse sentido, Wedig³² aponta a superestimação dos alimentos industrializados, de modo que alimentos ultraprocessados como os embutidos, também citados pelos participantes da pesquisa, são vistos como alimento *sofisticado* em comparação ao feijão e arroz, à comida do cotidiano, percepção que também pode transformar outros alimentos, muitas vezes ultraprocessados, em comida sofisticada, em comida desejada.

Do mesmo modo, Menasche, Alvarez & Collaço³³ argumentam que a alimentação implica representações e imaginários, envolve escolhas, símbolos e classificações que organizam as diversas visões de mundo no tempo e no espaço. Assim, os autores consideram que a comida vai ganhando significados diferentes para os distintos grupos sociais, o que também pode justificar a percepção de que há comida que se destina a quem possui menos condições em virtude da renda.

Por outro lado, ainda em referência ao arroz e feijão, embora citados como alimentos *grosseiros* por alguns consumidores, também aparecem como sendo alimentos saudáveis, como sugerem os trechos de entrevista a seguir:

Mais saudável, eu acho, o feijão, o arroz; a massa eu não acho tanto por que é uma coisa que não pode comer todo dia, é uma coisa que estufa, engorda né, já um arroz, feijão, a salada é muito boa para comer, verdura eu acho tudo saudável, né (Consumidora 19).

Feijão, arroz, uma carne, a salada, a fruta, isso eu considero saudável (Consumidora 9).

Nessa perspectiva, destaca-se a associação ao aspecto nutricional e a presença de nutrientes no alimento, que teria impactos positivos para a alimentação, tornando-se um incentivo para o consumo. Essas diferentes percepções em relação a um mesmo alimento também podem estar associadas às informações, orientações que consumidores recebem e ao significado que o alimento tem no cotidiano. Desse modo, concordando com Castro & Maciel,⁴ as escolhas alimentares e a alimentação estão ligadas a um sistema cultural em que a alimentação, além de processo fisiológico é também um processo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar as escolhas alimentares sob a perspectiva dos ambientes alimentares em Palmeira das Missões, município onde a produção agrícola de grãos é expressiva e relevante. Para tanto, tomaram-se para análise as categorias que constituem a microdimensão dos ambientes alimentares, ou seja, a física, a econômica, a política e a sociocultural.

Embora a análise de cada uma dessas categorias que compõem a microdimensão dos ambientes alimentares tenha sido realizada de forma separada, esses distintos aspectos do ambiente alimentar possuem intersecções e interação entre si, influenciando as escolhas alimentares e o acesso à alimentação. Assim, caberia considerar que aquilo que está disponível, as condições de compra dos consumidores e seus valores sociais e culturais tornam as escolhas alimentares multidimensionais.

De forma geral, foi possível observar a ampla disponibilidade e a facilidade para encontrar alimentos ultraprocessados no município, aspecto que contrasta com a baixa/pouca disponibilidade de alimentos *in natura*, bem como a centralidade das condições econômicas como um limitante para a alimentação adequada, saudável, variada e com a inclusão de alimentos *in natura*. Esses dados merecem ser salientados na medida em que, paradoxalmente, o município se destaca pela produção agrícola. Porém, como essa produção é majoritariamente voltada a monocultivos e *commodities*, não é capaz de garantir a segurança alimentar e nutricional no município, contribuindo para que os ambientes alimentares se caracterizem mais pela presença de alimentos ultraprocessados do que de alimentos *in natura*. Além disso, a pesquisa também evidencia que o entendimento ou as percepções sobre alimentação saudável podem estimular a escolha por determinados alimentos, reforçando, em muitos casos, a opção por alimentos ultraprocessados.

Ficou evidente que o Programa Bolsa Família, enquanto política pública voltada à segurança alimentar e nutricional, foi uma importante estratégia para o acesso à alimentação pelas famílias titulares, mas em algumas situações é insuficiente, demonstrando a importância de estar articulado com outras ações e programas para a garantia da alimentação e nutrição de forma intersetorial.

Por fim, a promoção da alimentação saudável ainda se apresenta como um desafio mesmo em pequenos municípios, inclusive aqueles em que a produção agrícola é relevante e expressiva, como é o caso de Palmeira das Missões. Nesse sentido, destaca-se a importância de políticas alimentares locais que incentivem a diversidade na produção de alimentos, com potencial para contribuir com o consumo de alimentos saudáveis e adequados e para a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília; 2006.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar para a população brasileira. Brasília; 2014.
3. Monteiro CA, Cannon G, Levy R, Moubarac J-C, Jaime P, Martins AP, et al. NOVA. The star shines bright. *World Nutr.* 2016;7(1-3):28-38.
4. Castro HC, Maciel ME. A comida boa para pensar: práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar sócio-antropológico. *Demetra.* 2013;8(0):321-328. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2013.6648>.
5. Swinburn B, Egger G, Raza F. Dissecting obesogenic environments: The development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. *Prev Med (Baltim).* 1999;29(6 I):563-570. DOI: 10.1006/pmed.1999.0585

6. Almeida LB, Scagliusi FB, Duran AC, Jaime PC. Barriers to and facilitators of ultra-processed food consumption: Perceptions of Brazilian adults. *Public Health Nutr.* 2018;21(1): 68-76. DOI: 10.1017/S1368980017001665
7. Costa BVL, Menezes MC, Oliveira CDL, Mingoti SA, Jaime PC, Caiaffa WT, et al. Does access to healthy food vary according to socioeconomic status and to food store type? an ecologic study. *BMC Public Health.* 2019;19(1):1-7. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-019-6975-y>
8. Duran AC, Almeida SL, Latorre MDR, Jaime PC. The role of the local retail food environment in fruit, vegetable and sugar-sweetened beverage consumption in Brazil. *Public Health Nutr.* 2016;19(6): 1093-1102. DOI: 10.1017/S1368980015001524
9. Bridle-Fitzpatrick S. Food deserts or food swamps?: A mixed-methods study of local food environments in a Mexican city. *Soc Sci Med.* 2015;142: 202-213. DOI: 10.1016/j.socscimed.2015.08.010
10. Monteiro CA, Cannon G, Moubarac JC, Levy RB, Louzada MLC, Jaime PC. The un Decade of Nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultra-processing. *Public Health Nutrition.* 2018; 21(1): 5-17. DOI: 10.1017/S1368980017000234
11. Friedmann H. Soberania alimentar na Região de Golden Hordeshoe em Ontório, Canadá. In: Cruz, Fabiana Thome da; Matte, Alessandra; Schneider, Sergio (org.) *Produção, consumo e abastecimento: desafios e novas estratégias.* Editora da UFRGS. Porto Alegre; 2016.
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção agrícola municipal*, Rio de Janeiro: IBGE; 2018.
13. Canesqui AM. Pesquisas qualitativas em nutrição e alimentação. *Rev Nutr.* 2009;22(1):125-139. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000100012>
14. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados estatísticos provenientes do censo demográfico.* Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
15. Minayo MC de S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 12 ed, São Paulo: Hucitec; 2010.
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades. Palmeira das Missões.* 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/palmeira-das-missoes/panorama>: Acesso em: 07 de jul de 2021.
17. Bernard HR. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches.* MD: AltaMira Press. Lanhan; 2005.
18. Fontanella BJB, Ricas J, Turato ER. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad Saude Publica.* 2008; 24(1):17-27. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>
19. Minayo MC de S. A pesquisa qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Vozes. Petrópolis; 2002.
20. Castro IRR. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. *Cad Saude Publica.* 2015;31(1):1-3. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPE010115>
21. Niederle PA, Wezs Júnior VJ. *As novas ordens alimentares.* Editora da UFRGS. Porto Alegre; 2018.
22. Canuto R, Fanton M, Lira PIC de. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. *Cien Saude Colet.* 2019; 24(9):3193-321. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.26202017>
23. Gabe KT, Jaime PC. *Práticas alimentares segundo o Guia alimentar para a população brasileira: fatores associados entre brasileiros adultos*, 2018. *Epidemiol e Serv saude Rev do Sist Unico Saude do Bras.* 2020;29(1):e2019045. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100019>

24. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. Vol. 393, The Lancet. 2019. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)
25. Brasil. Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília; 2012.
26. Brasil. Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília; 2009.
27. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Metodologias e Instrumentos de Pesquisas de Avaliação de Programas do MDS. Brasília: 2007.
28. Franco JG, Bueno MC, Kirsten VR, Leal GVS. Insegurança alimentar, consumo alimentar e estado nutricional de mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. *Ciência & Saúde*. 2019;12(3):e32907. DOI: <https://doi.org/10.15448/1983-652X.2019.3.32907>
29. Cotta RMM, Machado JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: Revisão crítica da literatura. *Rev Panam Salud Publica*. 2013; 33(1):54-60.
30. Blümke AC. O cotidiano de quem vive a realidade da fome: práticas alimentares e estratégias de acesso aos alimentos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
31. Schattschneider DP, Ruiz ENF, Escobar MZ. Acesso aos alimentos no território de uma unidade de saúde: um enfoque multidimensional. *Demetra*; 2018; 13(3); 695-711. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2018.32973>
32. Wedig JC. Agricultoras e Agricultores à mesa: Um estudo sobre campesinato e gênero a partir da antropologia da alimentação. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
33. Menasche R, Alvarez M, Collaço J. Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos. Editora da UFRGS. Porto Alegre; 2012.

Colaboradoras

Bueno MC contribuiu para a concepção e desenho, coleta dos dados, análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final; Ruiz ENF contribuiu para a concepção e desenho, análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final. Cruz FT contribuiu para a concepção e desenho, análise e interpretação dos dados, revisão e aprovação da versão final.

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses

Recebido: 19 de fevereiro de 2021

Aceito: 02 de setembro de 2021